

Boa tarde. Bem-vindas, bem-vindos.

Agradecemos à Inês Gil por nos ter trazido estas imagens de “Rafa”, que nos falam de como a arte nos pode trazer o conhecimento do outro, e de realidades que muitas vezes ignoramos. E que são ao mesmo tempo tão profanas e tão densamente religiosas, porque muito humanas.

«Ciência, arte, conhecimento» são os «lugares» que hoje nos convocam para este tempo de escuta fraterna, acompanhando a dinâmica de Sínodo que orienta o tempo presente dos cristãos, no Patriarcado de Lisboa.

Quando preparámos esta apresentação, o Alfredo Teixeira e eu pensámos que seria redundante recordar a importância destes temas. Mesmo num tempo em que, por via da austeridade que nos tem penalizado, essas foram também áreas onde experimentámos a depressão e o desinvestimento. Mas interessa-nos particularmente, hoje, a afirmação de que, nesses domínios, se reflete, de forma privilegiada, a força criativa da experiência humana, lugares determinantes na configuração da cultura, ou culturas, que partilhamos.

Desde que a humanidade se começou a exprimir enquanto tal, a arte tem sido uma afirmação da transcendência uma fenda no mundo. E, como manifestação do saber e da busca humana pelo conhecimento, a ciência exprime o modo próprio de nós, humanos, “desvendarmos” mundo, de enigma em enigma – tantas vezes tornando essa capacidade um poder perverso.

Nesta sessão do «Escutar a Cidade» pode ecoar, de forma particular, um texto marcante da nossa contemporaneidade. Durante este ano, ocorrerá o 50º aniversário da promulgação da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* («A Igreja no mundo contemporâneo»), do Concílio Vaticano II, um acontecimento que significou a vontade de a Igreja Católica entender melhor a cultura contemporânea e de se comunicar em novas linguagens: No início desse documento, lemos: «As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos Homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração». Estas são as palavras de abertura deste documento do Concílio Vaticano II, documento literalmente «excêntrico», na medida em que aí a Igreja olha para fora de si, mas a partir de um lugar de forte empatia com o mundo – «a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história», pode ler-se ainda no nº1 desta Constituição.

Nos últimos anos cresceu o interesse pela procura, nestes textos deste Concílio, de um certo estilo de comunicação eclesial que procura ter em conta o olhar do outro, na sua novidade, diversidade e autonomia. A linguagem do

monopólio e da condenação foi substituída pela palavra da proximidade fraterna. Como se lê no nº 2 da Constituição *Gaudium et Spes*: «[O Concílio] Tem, portanto, diante dos olhos o mundo dos Homens, ou seja a inteira família humana, com todas as realidades no meio das quais vive; esse mundo que é teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias; [...] mundo, finalmente, destinado, segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e alcançar a própria realização.»

E só essa proximidade permite a proposta e o convite para o que de singular a vivência cristã possa oferecer. Mas esta empatia exige a «escuta». Como se escuta? Essa é a lição permanente da cidade como cultura. Essa experiência de cidadania esteve sempre dependente da construção de espaços públicos, de índole diversa, onde as diferenças se exprimem e se escutam – a segregação e a desagregação são, por isso, a perversão desta cultura. Nesta dinâmica, as comunidades cristãs deveriam sentir-se estimuladas a participar na construção desses espaços públicos.

Hoje, estamos aqui, num lugar religiosamente neutro, permitindo pontes entre o diverso. Mesmo se distantes cronologicamente, talvez possamos estar muito próximos das comunidades que os textos paulinos descrevem: comunidades mergulhadas nos circuitos da capilaridade social, sem lugares próprios e exclusivos, renunciando à condição de separados, partilhando com todos uma boa-notícia.

É neste espírito que vos convido a todas e a todos a escutar a nossa primeira convidada. Maria Manuel Mota venceu o Prémio Pessoa 2013. Nascida no Porto, onde se licenciou em Biologia, fez um mestrado em Imunologia e doutorou-se em Parasitologia Molecular, na University College of London. Fez depois ainda um pós-doutoramento no New York Medical Center. Já confessou, aliás, em entrevistas, que foi em Nova Iorque que mais gostou de morar.

Mesmo assim, regressou a Portugal, como investigadora principal no Instituto Gulbenkian da Ciência. Desde 2005 passou a leccionar na faculdade de Medicina de Lisboa e a ser ser investigadora principal do Instituto de Medicina Molecular, onde dirige a investigação da malária. Foi esse trabalho, e o facto de já se ter tornado uma das maiores autoridades mundiais no estudo da malária, que lhe valeu o Prémio Pessoa. O júri, aliás, destacou a “excecional qualidade” do trabalho científico de Maria Manuel Mota e o seu “empenhamento entusiástico no que se pode chamar cidadania da ciência”.

Quando conversámos com ela para a convidar, percebemos também ser verdadeira a sua afirmação, feita numa entrevista, de que se entusiasma hoje ainda da mesma maneira com as descobertas científicas que quando tinha 20 anos. Nessa entrevista, dizia ainda que gostaria que as coisas no país fossem mais claras para todos.

Estamos disponíveis, por isso, para ouvir o seu entusiasmo e a sua clareza.

António Marujo